

ATA - TRE-AP/PRES/DG/SAO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

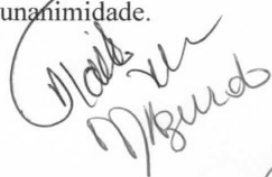
Data: 26/05/2021	Início: 14h07min	Término: 15h20min	Local: Virtual
Pauta	Proposta orçamentária 2022		

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo	Função
Francisco Valentim Maia	Diretor - Geral	Membro
Elinete Nunes de Freitas	Secretária de Tecnologia da Informação	Membro
Maria Eliane de Souza Oliveira	Secretária de Gestão de Pessoas	Membro
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Secretária de Administração e Orçamento	Membro
Mylene Lages Mendes de Azevedo	Secretária Judiciária	Membro
Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva	Assessor de Planejamento e de Gestão Estratégica	Membro
Silvana Carla Benício Dias	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Membro
Rubenilson Guimarães Gomes	Chefe da Seção de Controle e Execução Orçamentária	Membro
Mara Ruth Ventura	Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário	Membro

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES

O **Diretor -Geral, Dr. Francisco Valentim Maia**, deu boas-vindas a todos, e passou a palavra à Secretária de Administração e Orçamento **Dilma Célia de Oliveira Pimenta**, informou o envio dos processos SEI nº 0000271-43.2021.6.03.8000 e 0000297-41.2021.6.03.8000, que tratam das Propostas Orçamentárias Ordinárias e de Pleitos 2022, respectivamente, para apreciação das Unidades e do Comitê Orçamentário do 2º Grau de Jurisdição acerca dos procedimentos adotados na finalização dos lançamentos no SIGEPRO. Explicou que para as despesas discricionárias o referencial monetário, definido pelo TSE, foi de R\$ 12.061.039,00 (doze milhões, sessenta e um mil e trinta e nove reais), e para as despesas em Pleitos eleitorais foi de R\$ 5.957.764,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e setecentos e sessenta reais). Explicou, ainda, que nesta data foi realizada uma avaliação qualitativa do que foi feito, sem haver necessidade de alteração nos registros. O Diretor – Geral usou a palavra para enfatizar da importância da validação pelo Comitê da Proposta Orçamentária Ordinária e de Pleitos, com a compilação das demandas de todas as Unidades deste Tribunal, sendo acatado por unanimidade.



A **Secretária da STI, em exercício, Elinete Nunes de Freitas**, fez uma observação sobre o orçamento da STI, relatou que o teto do limite orçamentário foi baseado na adequação da eleição passada, que o contrato de técnicos de urnas foi realizado bem perto da eleição, ficando com um corte do limite do orçamento da STI. Então ficou preocupado com a questão dos pontos de transmissão de difícil acesso, teve que tirar oito pontos e obteve uma redução de 17% do contrato de técnicos de urnas. Diante disso a preocupação é que se não conseguir converter esses pontos de transmissão em outra tecnologia de transmissão, deverá ser feito um ajuste/realocação de orçamento. O **Diretor-Geral**, informou que referente aos pontos de transmissão houve uma proposta do Secretário da de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, para que os Regionais do Norte pudessem fazer a contratação descentralizada, do TSE. **Dilma Pimenta**, informou que houve também uma proposta desta mesma natureza pelo TRE/AP, só que o TSE não aceitou. Houve discussões sobre o tema entre os membros. A sugestão da STI quanto ao tema em discussão é que faça licitação antes, por conta da dependência tecnológica que não é do Brasil e sim da China, para não correr o risco de o resultado sair 2 a 3 três dias depois do pleito.

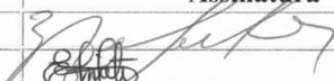
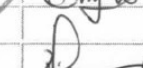
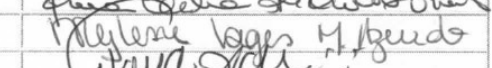
A Secretária de Administração e Orçamento **Dilma Pimenta**, finalizou a discussão do tema informando que não tinha como liberar 100% do orçamento que a STI precisava, então o acerto foi de readequar na execução, pois o TSE não vai aumentar o limite, corre o risco de diminuir por conta de contingenciamento, disse ela: “não sabemos o que vai acontecer ano que vem”. A **Secretaria de Administração e Orçamento**, ressalta aos membros do Comitê, que dentre as atribuições do Comitê, deveremos “**acompanhar o processo de elaboração e alteração do orçamento e a execução orçamentária e financeira**” do TRE/AP, e como existem despesas não previstas para este exercício 2021, apresento-as para deliberação e homologação pelo comitê. Despesas que deverão ser homologadas. 1 - Auxílio moradia do Diretor-Geral. Explicou que esta despesa por não ter sido prevista para este exercício não poderá ser paga, o que acontecerá no exercício de 2022, sendo que o valor referente a 2021 será pago como despesa de exercício anterior (DEA), prevista e autorizada pelo TSE. Foi realizado um remanejamento orçamentário de passagens aéreas. 2 – Dentre o orçamento da STI, foi realizado um remanejamento na primeira fase de crédito, tendo como fonte o valor de R\$ 165.163,00 (Cento e sessenta e cinco mil cento e sessenta e três reais) em custeio para investimento, visando à aquisição de um soft de gestão de vulnerabilidade para a segurança das informações. 3 - Contratação da perícia médica. A SGP, solicitou a contratação para este ano, em decorrência da aposentadoria do Médico João Ricardo e que foi feito um remanejamento orçamentário da despesa de passagens aéreas, e que ano que vem já tem esta previsão dentro da proposta da SGP. 4 - Manutenção dos equipamentos de SOM, explicou que no contrato vigente não há previsão de manutenção, e os equipamentos apresentaram problemas, como oxidação das caixas de som, microfones queimados/desconfigurados, mesa de som desconfiguradas, por falta de manutenção. Foi feita uma contratação e saiu do orçamento da SAO no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). 5 - Interprete de Libras, que precisa ser realizado até o fim de julho, para fins de pontuação, junto ao CNJ, e também pelas necessidades das sessões e eventos virtuais. Dependendo do valor pode ser feita por dispensa de licitação. O **Diretor-Geral**, manifestou-se explicando que a SEJUD, vai disparar o termo de referência quanto a contratação do interprete de libras. 6 - Projeto o ABC da Cidadania que não tem quantificação orçamentaria mais é um projeto que faz parte do plano de ação. 7 - Manutenção da garagem do Prédio Anexo e Casa da Cidadania. 8- A manutenção do Prédio Anexo de tijolinho que está desfazendo, esfarelado os tijolos ao toque. Enfatizou que a manutenção Predial deve ser realizada este ano por orientação do TSE, em

decorrência da criação de Ação Específica para obra/reforma, o que impossibilitará remanejamento orçamentário. 8 – A criação do Espaço Cultural e Memorial da Justiça Eleitoral, valor estimado previsto de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). A Secretária **Dilma Pimenta, informou** a existência do valor de R\$ 152.000,00, inicialmente direcionado à Contratação de Consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico deste Tribunal, e, pelo tempo exíguo, não será utilizado para esse fim, e poderá ser redirecionado para outras despesas. Informou, ainda, que será encaminhado os processos das despesas com diárias, passagens para nova reavaliação e liberação do Orçamento para outras despesas, bem como reavaliação nos Contratos vigentes. **O Diretor – Geral** enfatizou que havendo sobra orçamentaria, que fosse redirecionada para as despesas/ações não previstas no planejamento de Contratação e Aquisição para este exercício.

Foi dada a palavra para o **Coordenador da Escola Judiciária Rinaldo Soares**, onde relatou sobre uma das ações prevista no plano de gestão do TRE AP - Seminário Internacional - frisou que neste primeiro momento precisa da participação dos gestores. Sugeriu nos autos do Processo SEI algumas contratações indicando as unidades responsáveis para fazer. Fez a proposta ao comitê que reserve uma data próxima para decidir como vai ser realizado essas atribuições. E isso vai demandar contratações que não estão previstas. Exemplos: contratações de cerimonial, interpretes, produção de vídeos institucional, decoração, transmissão do evento, filmagem e outros. Esse evento é bastante complexo que exige a participação de pessoas e autoridades de outras nacionalidades. A preocupação de organização, tratamento envio de ofício e demais formalidades referentes as contratações que demandam tempo até concluir o termo de referência, licitar ou termo de dispensa.

O Diretor-Geral, perguntou se havia mais algum ponto para debate, após todas as ponderações feitas pela SAO pediu para que o comitê deliberasse sobre o exposto. Não havendo divergências, houve a homologação das propostas Orçamentárias Ordinária e de Pleitos 2022, a aprovação/validação das despesas não previstas, as quais deverão ser incluídas no Plano de Contratação e Aquisição 2021, e o redirecionamento das sobras orçamentárias, pelos Membros do Comitê.

Por fim, o Diretor-Geral agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Simone Rogéria Sales Silva, lavrei esta Ata que e assinada por todos.

Nome	Assinatura
Francisco Valentim Maia	
Elinete Nunes de Freitas	
Maria Eliane de Souza Oliveira	
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	
Mylene Lages Mendes de Azevedo	
Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva	
Silvana Carla Benício Dias	
Rubenilson Guimarães Gomes	
Mara Ruth Ventura	

